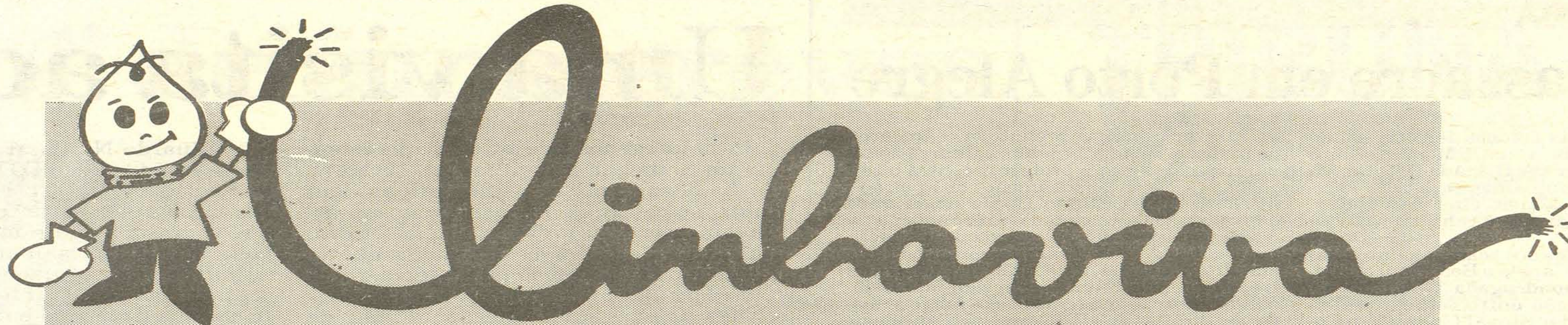




Intersindical dos Eletricitários SC

Nº 105

10/08/1990

Eletrobrás sem proposta

A greve nacional dos eletricitários, iniciada no dia 31 de julho, tem desde o seu início a adesão de cerca de 95% dos trabalhadores em 10 empresas do Setor Elétrico. Na maioria das empresas as áreas de produção estão operando sob orientação dos grevistas. Houve problemas de abastecimento de energia no Rio de Janeiro e Manaus.

A Eletrobrás não tem proposta para apresentar aos grevistas. Esta afirmativa foi feita três vezes pelos representantes da Empresa na audiência de conciliação realizada no TST — Tribunal Superior do Trabalho dia 7, na presença do Ministro Marco Aurélio Prates Macedo.

Na audiência, a Eletrobrás disse que a greve "se deve ao simples adiamento de uma negociação, devendo ser considerada abusiva pelo Tribunal". A Intersindical, por sua vez, apresentou dados e números sobre a situação dos salários, contrapondo-se a empresa.

"Eles estão tratando a greve com um enorme desrespeito, como se não houvesse o movimento que fica cada vez mais forte em todo o país", comenta o coordenador da Intersul Mauro Passos. Ele conta que o Ministro questionou

três vezes se a Eletrobrás tinha proposta para acabar com o impasse e "eles simplesmente dizem que não e ainda afirmam que estão preocupados com a manutenção do sistema".

No final da audiência, o Ministro resolveu abrir um prazo de 10 dias para que as partes juntem novas provas (documentos, cálculos, atas, etc...) ao processo, quando deverá acontecer nova audiência. Foram sorteados o juiz relator do processo (Marcelo Pimentel) e o revisor (Norberto da Silveira). O revisor é vogal dos empregados e é, inclusive, de Santa Catarina, onde presidiu o sindicato dos telefônicos.

Depois da audiência o Comando Nacional dos Eletricitários foi recebida pelo Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, que afirmou que o movimen-



Fotos: Paulo Roberto do Nascimento

to dos eletricitários "é justo". O Ministro disse que vai se empenhar em buscar uma solução para o impasse, articulando uma reunião com o Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e o secretário de

energia do Ministério da Infra-estrutura, Rubens Vaz.

Na avaliação da Intersul, "estão tentando fazer um jogo de força e subestimando a força do movimento".

Em todo país, eletricitários disputam espaços para avançar

Uma greve nacional gera muitos pequenos informes como os que são relatados a seguir. São algumas informações que ajudam a entender um pouco da complexidade do movimento dos eletricitários.

* No dia 8, na CEB (Centrais Elétricas de Brasília) foi preso um diretor do Sindicato por estar fazendo piquete.

* Na Bahia, os empregados da CHESF estão disputando a ocupação das instalações. Em Camaçari a vigilância da empresa foi reforçada dentro da subestação e nas proximidades da sala do comando de operações, impedindo a ocupação. Há inclusive instalações ocupadas pela polícia.

* Em Manaus, os empregados da Eletronorte fizeram um ato público em conjunto com metalúrgicos e empregados dos Correios. Os diretores da empresa afirmam que vão passar a direção da Eletronorte para militares.

* O ministro Bernardo Cabral compromete-se a conversar com o presidente Collor de Melo para indicar um mediador para as negociações entre os eletricitários e as empresas. Provavelmente será o ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri.

* Em Florianópolis, 15 entidades distribuíram uma nota de solidariedade aos eletricitários no centro da cidade. A nota diz que "a greve dos eletricitários é a comprovação de que o Plano Collor só trouxe mais problemas".

* Os empregados da Eletrosul resolveram bloquear o acesso na sede, permitindo apenas a entrada de diretores na empresa.

* O julgamento da greve da CSN, conforme previa o comando dos eletricitários, foi uma sinalização política do governo Collor, dizendo que vai jogar pesado contra as greves que afrontam as determinações de seu plano econômico.

CELESC

Começa a negociação salarial

Quando foi entregar a pauta de reivindicações da Campanha Salarial deste ano, no dia 2 de agosto, a Intersindical conseguiu marcar a primeira reunião de negociação com a Celesc. Concretamente é o dia 10, às 10 horas, o início da campanha salarial deste ano.

"Agora, mais do que nunca os celesquianos vão precisar estar atentos para o que acontece dentro da empresa", comenta Ozeas Souza, presidente do Sindicato dos Eletricitários de Tubarão. Isso porque agora as coisas ganham uma dinâmica muito grande e, segundo os sindicalistas, a campanha pode estar sendo decidida em pequenos detalhes da negociação.

A primeira reunião vai tratar apenas de organizar as negociações. Será definida a ordem das cláusulas que serão debatidas e serão feitos esclarecimentos sobre itens da pauta. A reunião será na sede da empresa, no bairro do Itacorubi, em Florianópolis.

A Intersindical acredita que não será

uma negociação tranquila para os trabalhadores. "Deveremos ter muitos problemas em cláusulas econômicas e também em algumas sociais", prevê o secretário da entidade, Arno Cugnier. Para ele haverá discrepância entre os números reivindicados pela categoria e os apresentados pela Celesc. "A gente sabe que a empresa tem alcançado resultados financeiros muito positivos, que se devem especialmente ao empenho dos empregados, mas os dirigentes da Celesc acabam não reconhecendo isso e fechando os olhos para a realidade salarial", lamenta Arno.

"Outra coisa é a situação econômica da categoria", diz Isaltino Pedron, presidente do Sindicato do Vale do Itajaí. "Tem gente que ganhou um pouco mais com a aplicação do Plano 2 e acha que a coisa não está tão ruim, mas tem que perceber que isso é uma coisa passageira e que se a gente não tratar de se defender da inflação, logo logo vamos estar atolados como há pouco tempo, aliás, já estamos indo para este caminho com a defasagem bastante acentuada", arremata Pedron.

SEM-TERRA

Um massacre em Porto Alegre

Quarenta e seis colonos feridos, sendo que 6 gravemente, e um PM morto foi o saldo da ofensiva da Brigada Militar do RS sobre um acampamento de 300 sem-terra na praça da Matriz, em Porto Alegre. O conflito ocorreu na manhã de quarta-feira.

Os colonos vindos dos acampamentos das fazendas Anony, Capela e Bos Vista chegaram na praça na madrugada. Quando ocorria uma negociação entre colono, prefeitura e o governador Sinyal Guazzeli, o Comandante da Brigada Militar, Jair Portella Nunes, determinou a dispersão do acampamento pelo pelotão de choque. A ação dos policiais se deu com bombas de gás, tiros, cacetadas e coronhadas. As barracas foram destruídas e as longas cortadas com baionetas. A agricultora Elinir Nunes levou um tiro e foi submetida a uma cirurgia.

Com o acampamento arrasado, os sem-terra se refugiaram na prefeitura, onde chegaram 15 feridos, além dos 46 levados para o pronto-socorro municipal. A Briga-

da Militar cercou a prefeitura e ameaçou de invasão. Imediatamente milhares de populares passaram a protestar contra o cerco. "É um absurdo esta ameaça de invasão", disse o prefeito Olívio Dutra negociando o levante do cerco com o Governador.

Gerson de Almeida, da executiva nacional da CUT, que acompanhou o conflito acredita que "há uma mão invisível por trás disso, pois havia gente sem farda ajudando a derrubar barracas. E o braço armado da direita. A UDR deve ter responsabilidade nisso." O sindicalista cobra uma posição do governo do estado: "ou negociavam com uma mão e espancavam com outra, ou houve uma insubordinação militar". Isso porque quando começou a confusão já havia sido acertada por consenso a transferência do acampamento para um parque municipal.

A praça onde ocorreu o confronto é tradicional palco de manifestações, já tendo abrigado professores estaduais por mais de dois meses.

PLANO DE CARREIRA

Quase pronto, sem sindicatos

A implantação do Plano de Carreira da Celesc é uma história cheia de tropeços e que parece que está chegando ao seu final. A primeira e segunda etapa (plano I e II) já estão implantadas e o plano III já foi aprovado pela diretoria, aguardando apenas algumas revisões que deverão ser feitas em breve. Mas ainda há muita gente descontente com o seu enquadramento ou com o plano de uma maneira geral e uma pergunta permanece no ar para muita gente: porque a Intersindical não participa do Plano.

"A conquista do Plano de Carreira foi uma coisa histórica para os celesquianos, o resultado de uma greve em 87", lembra Vitor Schmidt, que na época era presidente do Sinergia. Durante a greve foi assinado um acordo que previa a aplicação do plano, que deveria ser coordenado por um Conselho de Recursos Humanos composto paritariamente pela empresa e os sindicatos. Mas o tal acordo não foi cumprido e as preocupações da Intersindical foram manifestadas em um jornal Luta Urbanitária Especial.

Além do descumprimento de prazos, realização de transferência e promoção e revêlia do Plano, a principal irregularidade foi a extinção do Conselho de Recursos Humanos e a criação de um Comitê de Recursos Humanos onde os sindicatos só tinham uma cadeira. O Comitê não tinha poder de deliberação, ao contrário da estrutura

extinta. O desmantelamento do Conselho marcou o afastamento da Intersindical do Plano de Carreira.

"Como participar de uma estrutura apenas para dar palpites, sem deliberar, e ao mesmo tempo assinar embaixo de encaminhamentos unilaterais da empresa?", indagou a Intersindical em um de seus boletins. O resultado disso é que há muita gente descontente com o resultado do Plano e uma ameaça de atraso na implantação do Plano III quase gerou uma paralisação dos 700 empregados envolvidos nele no dia 8 de agosto, previsto como limite para sua aprovação. O engenheiro Paulo Sá Brito, membro do grupo de trabalho que implanta o Plano, lamenta que a categoria esteja dividida com relação ao Plano. "Há uma série de revisões que devem ser feitas para que o Plano atinja a todos, e isso a gente tem defendido no Plano de trabalho". Para Sá Brito, os sindicatos deveriam ter participado do Plano para evitar os problemas que temos hoje.

Os sindicatos estão orientando os empregados descontentes com a sua situação para que busquem resolver as questões pela via administrativa, iniciando o processo com discussão direta com as chefias imediatas. "Mas se as coisas se complicarem cabe até ação judicial em muitos casos, e os sindicatos estão prontos para defender a categoria nestes casos", assegura Arno.

CONTRATADOS

Processos já estão no TST

Todos os processos dos empregados contratados da Celesc encontram-se no TST aguardando o julgamento do agravo de instrumento. O agravo de instrumento é o último recurso utilizado pela Celesc para continuar protelando a decisão final, já que hoje o reconhecimento do vínculo empregatício é uma questão pacífica na Justiça trabalhista — dando sempre ganho de causa ao empregado. Mais de cem empregados já encaminharam sua ação no Sindicato de Florianópolis. Os contratados interessados em ajuizar ação de reconhecimento de vín-

culo devem procurar o Sindicato de sua região.

No dia 3, saiu o resultado do julgamento do dissídio dos contratados da Celesc. O TRT — Tribunal Regional do Trabalho concedeu a inflação de março — 84,32%; a inflação de abril — 44,08%; as diferenças salariais dos IPCs de maio, junho e julho; um ano de estabilidade no emprego; 25% de adicional noturno; 100% de hora-extra e piso salarial de dois salários mínimos corrigidos pelo IPC.

DIA-A-DIA DA GREVE

Uma visita ao “casulo” de fura-greves

Os empregados da Eletrosul, que começaram a chegar por volta das 10 horas do dia 6 em frente ao edifício Alpha Centauri, no centro de Florianópolis, aguardavam a apreciação de um cenário inédito na história das greves da categoria: um Comando de Operação do Sistema, montado fora da empresa pela maioria dos chefes de Operação. Chegaram mais de duzentas pessoas no local, às 11h30min eles dirigiram-se para o sexto andar do edifício, mais precisamente para as salas 101 e 102, e iniciaram o que todos qualificaram como “um passeio no zoológico”.

Ir até o antigo prédio da Celesc, foi uma decisão da assembléia realizada no início daquela manhã. Nela também foi aprovada a entrega de uma carta (veja abaixo) aos “enclausurados do Alpha Centauri”, como denominaram os empregados.

Para o sindicato de Florianópolis, os “enclausurados” estão reeditando a condenação do antigo Comando Delta, para pressionar os empregados em greve. Estavam no Alpha: Maurício Calaes do DOS, César de Barros Pinto, do DGH, Tito Flávio de Oliveira Gorski, do DTR, Antônio Carlos Xavier de Oliveira do DMSC, Lorivaldo Pedro Itamaro do DM-

SO, Eduardo Nicolazzi do DMSC, Agostinho José Coan do DTR — DVTS, João B. Rodrigues do DTL e Pelca do DPLO. Nesta lista é possível encontrar figuras que votaram a favor da greve na assembléia que deflagrou o movimento, dia 27 de julho, e ainda quem justificasse sua presença com o seguinte argumento: “nós temos que ficar aqui para manter o sistema”.

João José Cascaes Dias, representante sindical do Sinergia, levou sua máquina fotográfica para o evento. “O pessoal perdeu o bloqueio de se expressar na cara de um fura-greve, e cobrou a responsabilidade a nível moral. Eles não tinham o que fazer, estavam brancos, sem graças. Foi deprimente. Eu esqueci que conhecia quase todos e assumi o papel de fotógrafo. Cascaes conta que nas salas haviam listas de telefones na parede, um micro, secretárias ao telefone, máquinas de escrever, uma mesa de reunião repleta, além de um biombo usado por alguns como esconderijo. Ele conta que quando já ia embora ainda havia muita gente subindo as escadas em silêncio para apreciar o “Comando Alpha”.

A íntegra da carta aos “pelegos”

Aos eclusurados do Alpha Centauri.

Diante da grave situação em que vive a nação brasileira. Diante da deliberada e propositada difamação do setor estatal. Diante do tremendo arrocho imposto aos trabalhadores.

Num momento de crise como este, em que se quer combater a inflação com a miséria do povo. No momento em que a grande maioria dos empregados da Eletrosul, mais uma vez se unem para impedir que a injustiça prolifere é no mínimo, ridículo o papel que os senhores estão representando nessa peça teatral: “faz de conta que está tudo bem”.

A nação brasileira precisa de homens que tenham a coragem de se contrapor a essa encenação mediocre de “modernidade”. Jamais existira modernidade num país que mantiver um alto índice de analfabetismo e miserabilidade.

Diante de tudo isto, os senhores estão contribuindo sim: com a truculência do poder, com a perpetuação da ignorância, com o agravamento da miséria deste país. E, conforme decisão de assembléia, repudiamos com veemência a postura adotada por essa casulo, instalado no edifício Alpha Centauri. E é por essas razões que não entendemos nem aceitamos a permanência dos senhores nesse local.

Reflitam e decidam, se é que podem fazê-lo.

Saudações sindicais.

*Mauro Guimarães Passos
Presidente do Sinergia.*



“Comando Alpha” recebe carta da assembléia

Piquetes, fotografia e artes fazem a rotina dos grevistas

Alguns chegam muito cedo, por volta das 6h30min, e ficam na frente da sede tentando convencer umas poucas chefias e assessorias a também entrarem na greve. Outros estão organizando o chão de poesias, a cerca literária, uma apresentação musical e a exposição de obras. Quem entende um pouco da arte fotográfica, está participando do concurso “Fotografe um Pelego neste Inverno”. Encontra-se até quem, inspirado na paralisação, faça charges muito boas. Essas histórias da greve da Eletrosul não podem ser esquecidas. Principalmente quando elas resultam de um trabalho de Comissões criadas pelo Comando Ampliado, apelidado pelos íntimos de “Comitê da Baixaria”.

E claro que o trabalho do pessoal da Comissão de plantão não aparece tanto como o da Comissão de piquete, que é também denominado pelo seu organizador como “Frente de Convencimento”. “A nossa Comissão chega às 6h30min e ocupa os quatro portões da Empresa, porque quem fura a greve chega cedo. Depois o pessoal vai chegando e é preciso agrupar o povo em frente a sede e impedir a entrada de carros”. Os fotógrafos têm ajudado muito na intimidação dos fura-greve, mas Paulo Roberto do Nascimento já adianta que não é fácil enquadrá-los. Paulinho já bateu mais de 30 fotos de empregados que atravessaram o piquete e pularam a corrente de ferro. Ele conta que os fotógrafos atuam em

pontos diferentes para pegar ângulos diferentes dos fura-greve. “Focar um pelego é traumático. Tem uns que pedem por favor para não serem fotografados”, conta o empregado.

Dinovaldo Gilioli, do Departamento Cultural do Sinergia, está envolvido nas atividades artísticas e tem insistido muito na participação dos grevistas. “Uma coisa é a pessoa escrever ou cantar, outra é a pessoa manifestar-se”. Dino conta que “anda pegando o pessoal no laço” para organizar o mural, pintar uma faixa ou até fazer uma charge, como foi o caso de Joel Cordeiro, autor de duas charges que ilustram o painel da greve.

Uma greve, como se vê, tem muitas histórias a serem contadas e um dinamismo bem definido por Augusto Marchi: “Todo dia surge uma ideia nova. Todo dia é uma greve diferente. Mas toda essa criação não cabe nos boletins transmitidos pela Comissão de Divulgação, nem nas poucas linhas dessa matéria.”



Na frente da sede, os empregados da Eletrosul pintam, fotografam, lêem

TRIBUNA

Livre

João Paulo de Souza
Diretor licenciado do Sinergia

Cúmplices e Vítimas

Os políticos profissionais perderam a credibilidade. Primeiro porque perderam o respeito pelo mandato. Desrespeitam a delegação popular. Deles, os eleitores ganharam apenas decepção. Trocaram a confiança e a esperança do povo pelas mordomias, pelo emprego de parentes. Inverteram as prioridades.

Mas todo momento difícil tem seu ponto culminante. E o ponto mais importante são as eleições de outubro. As eleições são o “Tribunal de Justiça do Eleitor”. Somente o eleitor é capaz de levar os maus políticos a julgamento e ditar-lhe a sentença. Isto porque o processo eleitoral gera discussão e exige reflexão sobre tudo o que tem acontecido com nós mesmos, com a situação particular de cidadão, com os problemas coletivos, com a comunidade, com o Estado. Com reflexão e ação poderemos responder positivamente contra a indiferença e a omissão. Fora disso não há solução possível!

A esperança e a confiança em nós mesmos, a capacidade de organização, a disposição para o julgamento político dos candidatos são as armas de que dispomos para enfrentar a dura realidade que se reflete no dia a dia com arrocho salarial, falta de moradia, violência urbana, insegurança do produtor rural, concorrência desleal ao micro-empresário, desvalorização do servidor e do serviço público e no autoritarismo do Governo, que rasga diariamente a Constituição para favorecer os grandes cartórios corporativos que desservem a Nação.

O Estado, em qualquer nível de poder, está falido, está morto. Não consegue exercer com eficácia a função pública, porque a sua estrutura não se assenta sobre a sua essência. O Estado contemporâneo, produto do pensamento liberal do século XIX, com sua racionalidade instrumental e utilitária, só produziu miséria, opressão, desemprego, exploração do trabalho, concentração de riqueza e uma falsa democracia. O Estado leninista, produto do mesmo século, contraponto do liberalismo na forma, pelas mãos de Stalin gerou regimes totalitários, desumanos, burocráticos. Ambos os modelos de Estado são interventionistas, exploradores e imperialistas. Há que se inventar uma nova sociedade, fundada numa racionalidade substantiva, democrática na raiz, presa a uma ética humanista e socialista, onde o poder é a propriedade estejam difusos, e o Estado exerça a função pública em favor do corpo social.

O voto não pode ser fermento da cumplicidade com a injustiça social. Não pode servir de mercadoria que, como querem alguns, deve ser comprada, vendida, trocada no mercado eleitoral, colocada na mesma prateleira da corrupção, dos privilégios, da impunidade, do descompromisso. O voto é um direito que, como uma ferramenta na mão do trabalhador, serve para reconstruir o edifício social que os governadores descompromissados, míopes para com a situação do povo, deixam em ruínas ao fim de cada mandato.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Um conflito secular

Luiz Inácio Adams
Mestrando em Direito/UFSC

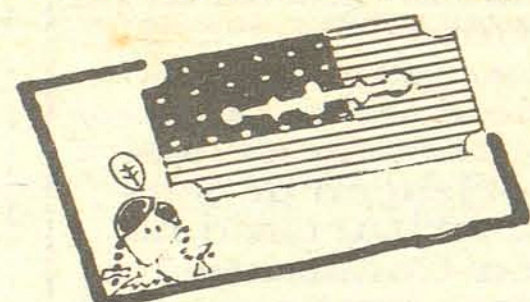
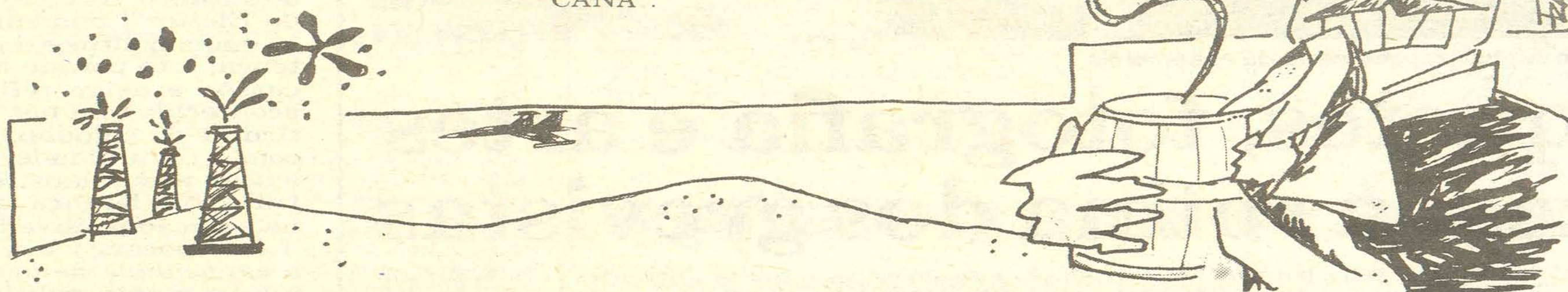
“O Oriente Médio constitui-se em um barril de pólvora”. Esta frase repetida por diversas vezes expressa uma realidade pouco conhecida e extremamente intrigante para nossas mentes colonizadas por uma racionalidade européia e norte-americana. Uma parte do mundo onde as ditaduras e a opressão são mantidas e cultuadas através dos anos, décadas e milênios. Onde cerca de 96% da população é muçumana e 66% pertence à seita xiita (incluindo Israel), concentrada principalmente no Irã onde localiza-se 44% da população de todo Oriente Médio (49,857 milhões). Um deserto árido que subtrai do calor escaldante do sol uma reserva enorme de petróleo num mundo tão viciado em energia e nos seus subprodutos.

O Oriente Médio, em um mundo bipolarizado entre a URSS e os EUA, sempre foi um palco de disputa acirrada entre estas superpotências. A distensão da guerra fria e o término na bipolaridade mundial através da “perestroika” dá à invasão do Kuwait pelo Iraque uma característica de iniciativa puramente regional. A possibilidade de uma guerra mundial não entra na cogitação de qualquer pessoa racional. Afastada, assim, a influência profana dos soviéticos ou americanos, resta tão somente o conflito

entre países formados principalmente após a 2ª Guerra Mundial, onde a religião, o interesse privado de um chefe de governo e o Estado confundem-se constantemente. A opressão promovida por Saddam Hussein Takriti, presidente do Iraque, não pode servir de clámax para regimes do mesmo calibre existentes na Arabia Saudita, Síria, Jordânia, Emirados Árabes ou Kuwait. A guerra promovida pelo Iraque representa um movimento de um conflito regional que já existe há centenas de anos e o isolamento que conseguiu alcançar no mundo árabe, ocidental e oriental permitem conseqüências imprevisíveis.

Existe, porém, um subproduto do conflito que merece ser analisado. O des-

mantelamento da polaridade soviética no mundo não representou em contrapartida na redução das iniciativas norte-americanas de intervenção nos assuntos internos de diversos países. O aprimoramento da política Monroe adotada no início do século XIX, “América para os americanos”, pode redundar na versão do “Mundo para os americanos”. O papel de força policial mundial que assume é justificada no combate ao narcotráfico (com a invasão explícita ao Panamá e implícita à Bolívia) e na manutenção da paz mundial (com uma intervenção no conflito Iraque-Kuwait, apoiado por 81% dos norte-americanos). A manutenção da OTAN como canal de influência direta na Europa reforça esta realidade. Depois de 2.000 anos de Pax Romana, estamos prestes a ver nascer sua nova versão: “A PAX AMERICANA”.



Terra, Sangue e Cocaína (Parte I)

A folha de coca que o índio boliviano masca há centenas de anos para amortecer a fome transformou-se em meio de subsistência e símbolo de uma velha luta contra opressores. Em janeiro deste ano, cinco mil quetchuas e aymaraas se reuniram no Valle Sajta, região tropical de Chapare, no Departamento de Cochabamba, para lançar uma ofensiva à “guerra antidrogas” deflagrada pelos governos da Colômbia, do Peru e da Bolívia, sob patrocínio dos Estados Unidos, que querem erradicar a planta para combater o narcotráfico — como se fosse preciso matar a vaca para acabar com os carrapatos.

Faz uns dez anos que a coca começou a dar lobo na imprensa internacional, mas, segundo a lenda inca, as plantações surgiram há pelo menos 500 anos. Era o tempo de Atahualpa, o último inca. Ele sentou-se numa colina que dominava o lago sagrado contemplando suas riquezas e, quando viu que se aproximavam os conquistadores, jogou-as nas profundezas do lago. Um velho sábio, adivinho e depositário do Templo do Sol, Khana Chuyma, rezou: “Te peço, meu pai, algo que nos ajude a suportar a escravidão e as penúrias que nos esperam”.

OURO BRANCO

Os espanhóis torturam o rei, por seu atrevimento, e escravizaram seu povo. Igual sorte teve Khana Chuyma, cujo pedido o deus Sol ouviu e disse: “vês essas plantas de folhas verdes e ovaladas que fiz brotar? Suas folhas darão a teu povo forças para suportar a tirania. Mastiguem-nas e aliviarão suas enfermidades, previrão o futuro e serão salvos de suas penas. Mas advertiu o deus sol — quando o homem branco se atrever a utili-

A partir desta edição estaremos publicando uma série de quatro matérias mostrando a realidade da “guerra antidrogas” financiada pelos Estados Unidos na Bolívia, Peru e Colômbia. Dados que a imprensa internacional omite, como a situação dos índios que a 500 anos iniciaram as primeiras plantações, foram levantados por Geraldo Hoffmann e mostram “o outro lado da história”.

Geraldo Hoffmann



Plantadores diante da coca destruída

zã-la será vício degradante e sua destruição. Esta planta é legado que lhes deixo. Cuidem para que não se extinga”.

Os espanhóis também levaram a prata; os ingleses, o estanho, e, de olho no petróleo do Sul, fabricaram a Guerra do Chaco, entre

Bolívia e Paraguai, de 1932 a 1935, que lançaria as sementes do ciclo da droga. Os prisioneiros da guerra abriram a primeira estrada de barro ao Chapare tropical, nas bordas da selva amazônica. A região, antes só habitada pelos Iuras, tornou-se refúgio dos

quetchuas, pelos latifundiários, e, depois, por uma reforma agrária mal orientada após a revolução popular de 1952.

PÉ DE OBRA

O imperialismo inglês cedeu lugar à crescente influência norte-americana na economia e na política da Bolívia. A queda do preço do estanho (principal produto de exportação, substituído por sintéticos) deixou algumas cidades fantasmas no altiplano e submeteu milhares de mineiros à miséria e à fome. Muitos deles buscaram emprego na indústria da droga. Nas décadas de 60 e 70, os pequenos agricultores, abandonados à própria sorte pelo governo, intensificaram a produção de folha de coca. A agressiva procura estrangeira — principalmente norte-americana — pela cocaína também ajudou a aumentar as plantações.

Um choque liberal aplicado na economia pelo ex-presidente Paz Estenassoro, em 1985, fechou mais de 100 empresas e causou a demissão de mais de 50 mil mineiros e operários. Resultado: hoje existem entre 60 e 70 mil famílias que cultivam coca e pelo menos 500 mil bolivianos sobrevivem dos US\$ 2,3 bilhões ano gerados pelos negócios da droga (mais da metade do PIB), dos quais apenas US\$ 600 milhões ficam no país (valor igual do total das exportações). Envolve desde produtores de folha, intermediários financeiros e comerciais, químicos, guarda-costas, pilotos e a própria mão-de-obra ou “pé-de-obra” — os pisadores.

Na próxima edição: a abertura do mercado à livre importação e o plano trienal, para acabar com a coca, que jamais saiu do papel